

PLANO DE AÇÃO - Auditoria Operacional nº 951431						
Atualizado em:						13/03/2019
Identificação do Problema						
Recomendação	Órgão responsável	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto	Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)
1) promover a gestão ambiental integrada dos planos, programas e projetos (PPP) desenvolvidos pelas demais Secretarias de Estado, acompanhando e apoiando tecnicamente as ações desenvolvidas pelos Núcleos de Gestão Ambiental (NGAs) na elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) para as atividades de extração do minério de ferro;	Superintendência de Gestão Ambiental - SUGA/SEMAD  Assessoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais - ASSEA/SEMAD  SEDECTES	Da SEMAD: André Luis Ruas/ASSEA  Patrícia Rocha Maciel Fernandes/SUGA	Apoiar o desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE para o setor de mineração de minério de ferro.	Planejamento do setor minerário para obter o desenvolvimento econômico sustentável visando delimitar potenciais áreas de implantação e expansão do setor e a preservação dos ecossistemas ferruginosos e seus mananciais, de forma a garantir a disponibilidade hídrica.	a ser definido pela SEDECTES	A ASSEA/SEMAD e a SEDECTES publicarão resolução conjunta reativando o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) da SEDECTES, que irá coordenar a elaboração do Plano Estadual da Mineração e a Avaliação Ambiental Estratégica-AAE da mineração de minério de ferro. Esta ação depende da definição do NGA que é composto por 3 servidores da SEDECTES.
					janeiro/2018 a dezembro/2018	A SEMAD deverá garantir no orçamento previsto no PPAG para 2018, recursos para contratação de cooperação técnica, científica e financeira com instituição de relevante conhecimento nos procedimentos metodológicos da AAE em ação de responsabilidade da SEMAD.  Custo: R\$ 200 mil
					após a definição da SEDECTES em relação ao planejamento do setor de mineração de minério de ferro que será coordenado pela SEDECTES.	A SUGA/SEMAD apoiará na elaboração do Termo de Referência-TR, juntamente com os demais representantes dos Núcleos de Gestão Ambiental-NGAs e especialistas a serem contratados pela SEMAD para desenvolvimento, consulta pública, revisão, dentre outros previstos no instrumento da AAE.
2) desenvolver estudos de Avaliação Ambiental Integrada (AAI) dos impactos cumulativos e sinérgicos dos empreendimentos de mineração de ferro por base hidrográfica, objetivando orientar a tomada de decisões e a compatibilização do uso e conservação dos recursos naturais.	Diretoria de Estudos e Projetos Ambientais -DEPA/SUGA/SEMAD	Patrícia Rocha Maciel Fernandes /SUGA	Instituição da AAI como instrumento de apoio ao planejamento da implantação, operação e ampliação de empreendimentos de mineração de minério de ferro no Estado de Minas Gerais por meio de uma Deliberação Normativa COPAM.	<ul style="list-style-type: none"><li>A identificação e avaliação de cumulatividade e sinergia resultantes dos impactos ambientais ocasionados pelo conjunto de empreendimentos que exploram o minério de ferro, em determinada unidade territorial.</li><li>Definição de diretrizes e recomendações que venham reduzir os riscos e incertezas no processo de desenvolvimento socioambiental, considerando a implantação de novos empreendimentos de mineração de minério de ferro ou a ampliação dos existentes, inclusive de estruturas auxiliares como barragens de rejeitos.</li><li>Melhoria da eficácia dos estudos de avaliação individualizada associados à regularização ambiental de empreendimentos de mineração de minério de ferro, sendo a AAI um subsídio para a elaboração dos Termos de Referência mais específicos dos estudos ambientais para fins de licenciamento.</li><li>Identificação e definição de estratégias para reabilitação de passivos ambientais e para atendimento aos requisitos legais para a fase de Fechamento de Mina.</li></ul>	outubro a dezembro/2017	Retomada da discussão sobre a proposta de DN que institui a AAI de empreendimentos de mineração de minério de ferro, incluindo as definições técnicas sobre a abrangência de área de estudo, a estrutura metodológica, a responsabilidade de execução entre outros elementos.
					1º semestre/2018	Elaboração da minuta de Deliberação Normativa para AAI de empreendimentos de mineração de minério de ferro e encaminhamento para aprovação no COPAM.
					2º semestre/2018, conforme disponibilidade de pauta na CNR/COPAM	Processo de aprovação da Deliberação Normativa para AAI de empreendimentos de mineração de minério de ferro no COPAM.
					2º semestre/2018, após a aprovação da DN pelo COPAM.	Publicação de ato determinando a elaboração da AAI, conforme DN aprovada, para as áreas consideradas prioritárias.
3) promover a revisão do Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM com vistas a oferecer informações abrangentes e atualizadas, necessárias às atividades de licenciamento ambiental, enquanto não houver migração de suas funções para o Sistema Integrado de Meio Ambiente – SISEMANet;	Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUGER/SEMAD	Tiago Aroeira/STI	A SEMAD aprovou um conjunto de sistemas prioritários para os anos de 2017/2018, com vistas à melhoria dos seus processos. Especificamente relacionado ao Licenciamento Ambiental, foi autorizado o desenvolvimento de um sistema de Licenciamento Simplificado, de forma a desburocratizar a regularização de empreendimentos de baixo impacto no estado, o que representa 7289 processos da demanda por regularização. Estamos também desenvolvendo o Sistema de Agendamento - SIAG, cuja finalidade é introduzir o FCE e FOB online e agendar o acesso às SUPRAMs via web e através do LigMinas.	<ul style="list-style-type: none"><li>Celeridade na obtenção da Licença Ambiental pelo Empreendedor;</li><li>Disponibilizar à sociedade informações atualizadas sobre licenciamento dos empreendimentos minerários;</li><li>Gerir de forma eficiente o licenciamento ambiental, especialmente de atividades minerárias</li></ul>	até dezembro/2017	Levantamento de requisitos - Sistema Licenciamento Ambiental Simplificado
					até junho/2018	Desenvolvimento do sistema Licenciamento Ambiental Simplificado
					agosto/2017	Assinatura do termo de cooperação técnica - Sistema de Agendamento
					até novembro/2017	Desenvolvimento do Sistema de Agendamento
						<b>Atualização</b>
						<b>1º monitoramento:</b> Em 25/04/18 foi publicada a Resolução Conjunta Semad/Sedectes nº 2.627/18, que institui o Núcleo de Gestão Ambiental na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Sedectes. A SEDECTES instituiu grupo de trabalho intersecretorial para elaboração de Termo de Referência para contratação do Plano Estadual da Mineração. A Semad faz parte do GT, com três representantes (titular e dois suplentes).
						<b>2º monitoramento:</b> O GT para elaboração de TR para contratação do Plano Estadual da Mineração foi desmobilizado, ficando sob responsabilidade da Sedectes a continuidade desta ação.  Foi publicada nova Resolução Conjunta Semad/Sedectes nº 2.728, DE 28 de novembro de 2018, para substituição de membro componente do NGA Sedectes. Até o momento ocorreram quatro reuniões - 07/12/18, 20/12/18, 08/02/19 e 18/02/19 - para elaboração conjunta do TR para contratação da AAE.
						<b>1º monitoramento:</b> O orçamento para a contratação da consultoria foi previsto no PPAG 2018, porém não foi aprovado pela COF/SEF. Foi solicitado no PPAG 2019 novamente.
						<b>2º monitoramento:</b> A Semad declinou da contratação da consultoria para elaboração do Termo de Referência - TR, tendo definido que seu corpo técnico, em conjunto com o NGA/Sedectes, procederá com a elaboração de minuta de TR para contratação da AAE, que encontra-se em elaboração. Importante ressaltar que, conforme exposto no Decreto nº 43.372, de 5 de junho de 2003, a responsabilidade de contratação do estudo de AAE é da pasta de origem da política, plano ou programa setorial, que no caso é a Sedectes. Dessa forma, a Semad se comprometeu a apoiar tecnicamente a elaboração do TR e o acompanhamento do desenvolvimento do estudo.
						<b>Atualização março/19:</b> Em alinhamento entre os Secretários da Semad e da Sedectes, ficou acordado que a Semad deveria inserir uma ação específica na proposta da LOA 2019 para previsão de recursos para a elaboração da AAE do setor de mineração de ferro, bem como para o Plano Estadual de Mineração, de forma a fornecer posteriormente, via TDCO - Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário, apoio financeiro a Sedectes para efetivação desses produtos. Essa previsão foi feita por meio da Ação 4204, que tem orçamento de R\$ 1.384.281,00, enviada na proposta orçamentária LOA 2019 da Semad.
						<b>Atualização março/19:</b> Solicitação de alteração da "Ação a ser tomada" bem como do "cronograma executivo" referente a recomendação nº2, conforme Nota Técnica nº 1/SEMAD/SUGA/2018, anexa.  O resultado das discussões técnicas entre SEMAD e seus órgãos vinculados FEAM e IGAM concluiu pela inviabilidade de elaboração de minuta de Deliberação Normativa, nesse momento, para regulamentar o instrumento AAI para a atividade de mineração de ferro.  Realizada discussão com dirigentes da SEMAD, que indicou novo posicionamento institucional, tendo como diretriz a elaboração de metodologia para inserção de critérios de AAI no âmbito dos processos de licenciamento ambiental das atividades de mineração de ferro. Nova proposta de Plano de Ação seguirá, na forma de Nota Técnica DEPA/SUGA a ser enviada via processo SEI.  Nova proposta de cronograma: Desenvolvimento da proposta metodológica inclusão da AAI no licenciamento ambiental do setor de extração de minério de ferro, a partir de estudo em área piloto: 1- Definição da área de estudo piloto - <b>estudo iniciado</b> . 2- Levantamento de dados georreferenciados. 3- Inserção na IDE Sisema. 4- Análise ambiental territorial. 5- Diagnóstico de impactos ambientais sobrepostos. 6- Avaliação da efetividade e aplicabilidade dos resultados. 7- Definição de instrumento contendo a base metodológica para AAI da mineração de ferro, em vista dos resultados do estudo e da avaliação da viabilidade técnica e institucional.  Até setembro/2019 pretende-se apresentar o esboço da proposta metodológica e o diagnóstico da área selecionada.
						<b>1º monitoramento:</b> Foi elaborada a versão inicial do sistema, chamado sistema de requerimento de licenciamento ambiental, concluída em março/2018. O levantamento de requisitos foi concluído em agosto/18 e o esboço do sistema foi ampliado para atender todas as modalidades de licenciamento. Para acessar a versão inicial do sistema utilize o link a seguir: <a href="http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br">http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br</a>
						<b>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</b>
						<b>1º monitoramento:</b> Em função da implantação do sistema de requerimento de licenciamento ambiental (versão 1), que foi desenvolvido previamente ao sistema de licenciamento ambiental simplificado, e com a ampliação do escopo do sistema a previsão para o lançamento do sistema de licenciamento ambiental é janeiro/18.
						<b>2º monitoramento:</b> A versão 1 do sistema de licenciamento ambiental simplificado foi disponibilizada em produção desde março de 2018. A versão 2 (SLA), que contemplará não só o licenciamento ambiental simplificado, como também todas as outras modalidades, se encontra em desenvolvimento com a previsão de conclusão para junho/19. Já foram iniciados os testes da etapa de caracterização de empreendimentos.

					até dezembro/2017	Implantação do Sistema de Agendamento em 3 Superintendências Regionais	<b>1º monitoramento:</b> O sistema de agendamento foi desenvolvido e já encontra-se implantado em todas as Suprams, desde 06/03/18, por meio do Portal <a href="http://www.mg.gov.br">www.mg.gov.br</a> , pelo aplicativo MG APP e pelo Lig Minas (155).  <b>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</b>
4) Informar o prazo final para implementação do SISEMANet, contemplando, até, a efetiva migração dos dados do SIAM;	Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUGER/SEMAD	Tiago Aroeira/STI	Após uma análise técnica por parte da Superintendência de Tecnologia da Informação, identificou-se a necessidade de revisão da estratégia em relação do SISEMANET, o qual não será retomado nos moldes inicialmente previstos. Essa mudança, busca a implementação gradual de sistemas numa nova arquitetura de forma a se evitar a construção de um grande sistema que dependa de integração que não são facilmente indifíceis. Nesse sentido, adotou-se a estratégia de reformulação do portal de segurança para consolidação de uma base única para os usuários dos sistemas do meio ambiente. Após a construção dessa base serão desenvolvidos novos sistemas nessa mesma base de forma gradual até que os sistemas estejam com o cadastro centralizado nesse portal. Até lá o SIAM continuará funcionando paralelamente e não há uma previsão para migração, que ocorrerá após um maior avanço dos estudos técnicos do projeto.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Permitir maior transparência ao processo de licenciamento ambiental;</li><li>• Gerir as informações ambientais de forma eficiente no âmbito do Sisema;</li><li>• Permitir maior celeridade na execução das ações na área de licenciamento e fiscalização ambiental através de sistema online.</li></ul>	até setembro/2017	Levantamento de Requisitos - Portal de Segurança	<b>1º monitoramento:</b> O sistema foi desenvolvido e homologado em 26/01/18, não é possível indicar o link uma vez que trata-se de acesso interno.  <b>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</b>
					até outubro/2017	Desenvolvimento do sistema - Portal de Segurança	
					até novembro/2017	Homologação do sistema - Portal de Segurança	
					até dezembro/2017	Testes do sistema - Portal de Segurança	
					janeiro/2018	Início do sistema em produção - Portal de Segurança	
					Outubro a novembro/2017	Levantamento de requisitos - Sistema Autos de Infração	<b>1º monitoramento:</b> Foram mapeados outros processos da área de fiscalização e o escopo do sistema foi ampliado para abranger, além dos autos de infração, outros processos, como denúncias dos cidadãos e requisições de órgãos de controle, fiscalizações, lavratura e processamento de autos de infração.  Foi entregue o documento de visão, com prazo estimado para desenvolvimento de 6 meses. Após esse planejamento, o sistema de licenciamento teve o seu escopo ampliado para atender todos os tipos de licenciamento e, portanto, o início do desenvolvimento do sistema de fiscalização depende de contratação de uma empresa de desenvolvimento. Desta forma, está sendo feito um planejamento de TI para 2019 e essa ação será incluída, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2020.  <b>2º monitoramento:</b> Em Dezembro de 2018 foi firmado um contrato (anexo) para viabilizar o uso de 80 dispositivos móveis contendo um sistema para lavratura on-line dos autos de infração. Ao que tange a execução, o projeto está em fase de apresentação das regras de negócio, produção de cronograma para posterior parametrização do sistema. A previsão de início do funcionamento é abril/19. A vigência deste contrato de prestação desse serviço é de 24 meses.  Paralelamente, foram iniciados os estudos de integração do sistema de lavratura on-line com a fase de processamento dos autos de infração. Estes sistemas integrados suprirão a necessidade de automatizar a fiscalização trazendo melhoria na qualidade do atendimento e prestação do serviço ao autuado.
					Dezembro a Abril/2018	Desenvolvimento do sistema - Sistema Autos de Infração	
					Maio a Junho/2018	Homologação do sistema - Sistema Autos de Infração	
					Julho/2018	Início do sistema em produção - Autos de Infração	
5) manter base de informações precisas e organizadas, em modo digital (SIAM/SISEMANet), de todos os empreendimentos licenciados e da documentação correspondente, tais como: termos de referência, estudos ambientais, pareceres, etc.	Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUGER/SEMAD	Tiago Aroeira	A Semad contratou a Prodemge para desenvolver o novo Sistema de Digitalização de Documentos - DIGIDESK, permitindo, em tempo real, a publicação de todos os documentos digitalizados no SIAM. A SEMAD, por meio da STI, em conjunto com a DGTA, está revisando e padronizando toda a base de dados GEO do SISEMA, disponibilizando, assim, sua infraestrutura de Dados Espaciais - IDE para o público em geral. A STI está desenvolvendo o Portal de Transparência do SISEMA, o qual se encontra em fase elaboração. Através do Portal da Transparência do SISEMA, pretende-se disponibilizar informações sobre atos autorizativos e fiscalizatórios	<ul style="list-style-type: none"><li>• Disponibilização ao cidadão em tempo real de todos os documentos de licenciamento via web.</li><li>• Disponibilização dos dados GEO online.</li><li>• Permitir maior transparência ao processo de licenciamento e fiscalização ambiental.</li></ul>	até setembro/2017	Definição de padrões de tecnologia para GEOProcessamento	<b>1º monitoramento:</b> A IDE foi lançada para o público interno em 20/12/17 e disponibilizada ao público externo em fevereiro/2018. Para acessar, clique em <a href="http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/">http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/</a>  <b>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</b>
					até dezembro/2017	Desenvolvimento do portal interno para upload de camadas - IDE	
					até abril/2018	Desenvolvimento do módulo de administração - IDE	
					Junho/2018	Disponibilização da IDE	
					até outubro/2017	Avaliação do Portal da Transparência em homologação	<b>1º monitoramento:</b> Em 01/02/18 foi homologado Acordo Judicial entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Estado de Minas Gerais nos autos da Ação Civil Pública nº 2500927-09.2013.8.13.0024 , onde na cláusula 2.1 há previsão de implementação do Portal da Transparência em um ano, ou seja, até 01/02/19. Para cumprimento dos prazos e obrigações do Acordo, foi elaborada a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/GAM nº 2671 de 29/08/2018, publicada em 31/08/2018. O desenvolvimento do Portal já está em andamento e a previsão para conclusão é novembro/2018.  <b>2º monitoramento:</b> O Portal foi lançado no dia 23 de novembro de 2018, de forma irrestrita a toda sociedade, no endereço <a href="http://transparencia.meioambiente.mg.gov.br/">http://transparencia.meioambiente.mg.gov.br/</a>
					até dezembro/2017	Ajustes no Portal da Transparência	
					até maio/2018	Testes no Portal da Transparência	
					Agosto/2018	Publicação da versão final do Portal da Transparência	

6) estabelecer padrões e normas específicas para os procedimentos e critérios técnicos metodológicos adotados no processo de licenciamento ambiental por tipo de empreendimento;	Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SURAM/ SEMAD  Assessoria de Normas e Procedimentos - ASNOP/SEMAD	Liana Notari/DATEN  Bruno Tavares/ASNOP	<p>Entrou em vigor a Lei Estadual n.º 21.972/2016 e o Decreto Estadual n.º 47.042/2016. Foram elaboradas 08 Orientações SISEMA e 08 Instruções de</p> <p>Serviços. Está em revisão a minuta de alteração da Deliberação Normativa n.º 74/2004. Estão em elaboração minutas de decretos da organização e das competências das entidades vinculadas ao Sisema (IEF, FEAM e IGAM). Ressalta-se, ainda, que foram criadas Câmaras Técnicas Especializadas por meio do Decreto Estadual n.º 46.953/2016. Além disso, está prevista a realização de treinamentos para todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental com o objetivo de orientá-los quanto à análise técnica dos processos de licenciamento ambiental relacionados às atividades minerárias, promovendo-se maior alinhamento institucional.</p>	Com a nova estrutura do licenciamento ambiental, com a alteração da organização da Semad, IEF, IGAM e FEAM e com o fomento de Orientações e Instruções de serviços, estima-se que as atividades inerentes aos processos de licenciamento ambiental sejam padronizadas, evitando que cada analista/gestor ambiental estabeleça seus próprios critérios e métodos de análise. Com a criação das Câmaras Técnicas, com caráter deliberativo e normativo, permite-se que os processos de cada regional do Sisema seja analisado pelo mesmo conselho, o que fomenta a padronização das decisões administrativas relacionadas ao licenciamento ambiental.	Continuo	Elaboração de Orientações e Instruções de Serviço	<p><b>Atualização março/19:</b> Foram elaboradas as seguintes Orientações e Instruções: IS 06/2018 - Procedimentos para padronização dos atos administrativos referentes aos processos administrativos de regularização ambiental; IS 07/2018 - Procedimentos aplicáveis à paralisação da atividade minerária e aos processos administrativos de fechamento de mina; Para acessar as orientações de serviço basta clicar em <a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/component/content/article/13-informativo/2969-orientacoes">http://www.meioambiente.mg.gov.br/component/content/article/13-informativo/2969-orientacoes</a>, e para acessar as instruções de serviço clique em <a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/component/content/article/13-informativo/2016-instrucao-de-servico-sisema">http://www.meioambiente.mg.gov.br/component/content/article/13-informativo/2016-instrucao-de-servico-sisema</a></p>
					17 a 19 de outubro/2017	Curso de capacitação para todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental acerca do licenciamento ambiental das atividades de mineração, nas quais se inclui a atividade de minério de ferro.	<p><b>Atualização março/19:</b> Capacitações realizadas até o final de 2018: Compensação por intervenção em Mata Atlântica (23-10-2018); Utilização do Sinafor para o perfil de usuário de gerente operacional e autorizador (21-11-2018); Manejo de fauna - Ictofauna (21-11-2018). Devido à nova gestão do Governo, o planejamento de capacitações para 2019 está em elaboração, para alinhamento com as novas diretrizes.</p>
					até dezembro/2017	Aprovação final da revisão da DN 74/04	<p><b>1º monitoramento:</b> A revisão da DN 74 foi aprovada em 06/12/17, resultando na nova DN 217, com vigência a partir de 06/03/18. Para acessar seu conteúdo clique em <a href="http://www.siam.mg.gov.br/sia/download.pdf?idNorma=45558">http://www.siam.mg.gov.br/sia/download.pdf?idNorma=45558</a></p> <p><b>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</b></p>
					até dezembro/2018	Publicação dos decretos IEF, FEAM e IGAM	<p><b>1º monitoramento:</b> Foram publicados os Decretos de Competências do IEF Decreto nº 47344, de 23/01/2018 do Igam, Decreto nº 47343, de 23/01/2018, ambos foram publicados no dia 24/01/2018 conforme link: <a href="http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194466">http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194466</a> e da Feam, decreto nº 47.347, de 24/01/2018, publicado em 25/01/2018, conforme link: <a href="http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194543">http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194543</a></p> <p><b>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</b></p>
7)criar Termos de Referência específicos para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, relativos aos empreendimentos de minério de ferro, considerando o meio ambiente como um todo (natural, socioeconômico, patrimônio histórico e arqueológico);	Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SUARA/ SURAM/SEMAD  Gerência de Pesquisas e Projetos - GEPRO/FEAM	Liana Notari/DATEN  Letícia Capistrano/FEAM	Criação de Grupo de Trabalho mediante a Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017, que tem por objetivo a elaboração de Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Deestradas para a	<p>* Atuação uniforme nos órgãos do Sisema para as ações relacionadas as atividades minerárias;</p> <p>* Maior eficiência na recuperação de áreas degradadas pelas atividades minerárias;</p> <p>* Sistemática única para paralisação temporária de atividades minerárias, bem como para fechamento de minas.</p>	26 de junho/2017	Primeira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação dos membros e dos objetivos do GT.	<p><b>1º monitoramento:</b> Pauta da revisão da DN 127 no COPAM em 21/02/18. Foi feito pedido de vistas e retornou no dia 21/03/18, quando foi aprovada com alterações, resultando na Deliberação Normativa Copam nº 220 , de 21 de março de 2018, publicada em 28/03/2018, conforme link a seguir: <a href="http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/197953?paginaCorrente=052&amp;posicaoPagCorrente=197925&amp;linkBase=http%3A%2F%2Fjornal.iof.mg.gov.br%3A80%2Fxmlui%2Fhandle%2F123456789%2F&amp;totalPaginas=108&amp;paginaDestino=80&amp;indice=80">http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/197953?paginaCorrente=052&amp;posicaoPagCorrente=197925&amp;linkBase=http%3A%2F%2Fjornal.iof.mg.gov.br%3A80%2Fxmlui%2Fhandle%2F123456789%2F&amp;totalPaginas=108&amp;paginaDestino=80&amp;indice=80</a></p> <p>A revisão do Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a atividade minerária, do Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária e do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina foram concluídos em novembro/2017.</p>
					19 de julho/2017	Segunda reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação de novas normas do DNPM pelo próprio DNPM e uma apresentação sobre as novas regras do licenciamento ambiental.	<p><b>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</b></p>
					08 de agosto/2017	Terceira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: início das discussões sobre a minuta de alteração da DN COPAM 127/2008.	
					05 de setembro/2017	Quarta reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: continuidade das discussões sobre a DN COPAM 127/2008.	
					até novembro/2017	Término dos trabalhos do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017.	
					até dezembro/2017	Aprovação final da revisão da DN 74/04	<p><b>1º monitoramento:</b> A revisão da DN 74 foi aprovada em 06/12/17, resultando na nova DN 217, com vigência a partir de 06/03/18. Para acessar seu conteúdo clique em <a href="http://www.siam.mg.gov.br/sia/download.pdf?idNorma=45558">http://www.siam.mg.gov.br/sia/download.pdf?idNorma=45558</a></p> <p><b>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</b></p>

					a ser definido	Alteração dos Termos de Referência existentes, assim como a criação de novos Termos de Referência específicos de acordo com os critérios locais.	<p><b>1º monitoramento:</b> 1) Em atendimento à DN 217/2017, foram elaborados e disponibilizados no site eletrônico da SEMAD os seguintes Termos de Referência para elaboração do relatório ambiental simplificado (RAS): GERAL (utilizar somente quando não houver termo específico); Atividades minerárias (Listagem A, exceto Gás Natural; Gás Natural); A-05-05-3 Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários (somente para ampliação); E-01-18-1 Correia transportadora externa aos limites de empreendimentos minerários; E-01-10-4 Dutos para transporte e distribuição de gás natural, exceto malha de distribuição; Código F-06-01-7 Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. 2) Foram elaborados e disponibilizados no site eletrônico da SEMAD os seguintes Termos de Referência dos critérios locais - 2.1) subsidiados pelo IEF: Localização prevista em Unidade de Conservação de Proteção Integral, nas hipóteses previstas em Lei; Supressão de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação, considerada de importância biológica "extrema" ou "especial", exceto árvores isoladas; Supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas; Localização prevista em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo; excluídas as áreas urbanas; Localização prevista em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, exceto APA; Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas; Localização prevista em Corredor Ecológico formalmente instituído, conforme previsão legal; e Localização prevista em áreas designadas como Sítios Ramsar; 2.2) Subsidiados pelo IGAM: Localização prevista em área de drenagem a montante de trecho de curso d'água enquadrado em classe especial; Captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos; Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio.</p> <p>Está planejada revisão do Termo de Referência inerente ao RCA e EIA/RIMA, com prazo para <b>dezembro de 2018</b>. Os termos de referência podem ser acessados através do link: <a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/sem-categoria/351-terminos-de-referencia">http://www.meioambiente.mg.gov.br/sem-categoria/351-terminos-de-referencia</a></p> <p><b>2º monitoramento:</b> Atualização dos Termos de Referência de Inventariamento da Fauna Aquática e Terrestre e de Monitoramento, Resgate e Salvamento da Fauna Terrestre; Disponibilização das metodologias para levantamento de fauna (anfíbios, aves, invertebrados, mamíferos de médio e grande porte, mamíferos voadores, pequenos mamíferos e répteis).</p> <p>Com relação aos Termos de Referência inerentes ao RCA e EIA/RIMA, as minutas foram finalizadas pela Feam em dezembro/2018 e estão em discussão interna com a Subsecretaria de Regularização Ambiental da Semad. O prazo para finalização do trabalho é junho/2019.</p>
8)manter a atualização do Formulário de Orientação Básica Integrado – FOBI, observadas as mudanças da legislação ambiental;	Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental - SUARA/SURAM/ SEMAD	Liana Notari/SUARA	Está em revisão a minuta de alteração da Deliberação Normativa n.º 74/2004, sendo que após sua aprovação pretende-se a atualização de todos os FOBs, conforme as novas diretrizes. Assim, após definição da documentação necessária à formalização dos processos de regularização ambiental, o sistema deverá ser atualizado e as Suprams orientadas para padronização da aplicação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Estabelecimento de estudos específicos relacionados aos empreendimentos e atividades, o que demandará FCEs específicos às atividades e, por conseguinte, gerará FOBs específicos;</li> <li>* Atualização da base documental dos procedimentos operacionais;</li> <li>* Atualização dos procedimentos;</li> <li>* Padronização dos fluxos de trabalho;</li> <li>* Uniformidade e padronização de documentos para formalização de processo pelo empreendedor;</li> <li>* Transparência na informação ambiental.</li> </ul>	1º semestre/2018	Atualização de FOBs e FCEs	<p><b>1º monitoramento:</b> Foi instituído o Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCE) eletrônico, acessado no Sistema Requerimento de Licenciamento Ambiental, plataforma destinada a fornecer o primeiro passo para a regularização ambiental, ou seja, a requisição para que se instaure o processo de licenciamento ambiental. Essa requisição, atualmente, obedece a padrão único de formulário, o que aumenta assertividade das informações e agiliza o processo. Por meio do sistema mencionado também é gerada a orientação para formalização de licenciamento, no que se refere à relação de documentos necessários à instrução do processo. A referida relação de documentos foi objeto de um trabalho minucioso e progressivo de revisão, cujo encerramento ocorreu em 30/07/2018. O FCE pode ser acessado para preenchimento no sistema de requerimento de licenciamento ambiental, conforme link a seguir <a href="http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br/">http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br/</a>. Na aba FCE eletrônico basta acessar o link indicado sobre o FCE e ao abrir a planilha, a tela 9 apresenta os documentos necessários.</p> <p><b>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</b></p>
	Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUGER/SEMAD	Flávia Simão/SUPOR			2º semestre/2018	Atualização do sistema e orientação às Suprams	<p><b>1º monitoramento:</b> Em 16/03/18, foram disponibilizados às Suprams os logins de acesso ao sistema de requerimento de licenciamento ambiental, junto com o Manual de Operação, que pode ser acessado através do link: <a href="http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br/site/legislacao">http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br/site/legislacao</a></p> <p><b>2º monitoramento:</b> Listagem de documentos gerais para emissão de FOB por modalidade foi revista e atualizada no Siam. Elaboração e divulgação interna do Manual de Procedimentos para processamento interno dos requerimentos de Licenciamento Ambiental a serem seguidos pelas Suprams.</p>
9) observar o disposto no inciso V do art. 41 da Lei Federal nº 10.257, de 2001, quanto à necessidade de plano diretor para cidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;	Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM/SEMAD	N/A	<p>Ao contrário da Lei Federal n.º 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, a Lei Federal n.º 10.257/2001 não discorreu sobre os mecanismos para que se adotem medidas de compensação, no âmbito do licenciamento ambiental, para a elaboração do plano diretor.</p> <p>A ausência de norma a regulamentar as medidas de compensação, no âmbito do licenciamento ambiental, para a elaboração do plano diretor municipal, inviabiliza o seu cumprimento.</p>	Depende de regulamentação no âmbito federal	N/A	art.41 do Estatuto da Cidade pendente de regulamentação para aplicação no âmbito dos estados	<p><b>1º monitoramento:</b> Está sendo discutida com a Secretaria de estado de Cidades e Integração Regional - Secir a minuta de Decreto que regulamenta o art. 41, inciso V, parágrafo 1º da Lei Federal 10.257/2001, cuja previsão de conclusão é dezembro/2018.</p> <p><b>2º monitoramento:</b> A minuta de Decreto que regulamenta o art. 41, inciso V, parágrafo 1º da Lei Federal 10.257/2001, foi concluída pela Semad em conjunto com a Secir. A Secir está responsável pela elaboração da exposição de motivos para publicação do decreto. Com a mudança do governo, está sendo retomado o contato com a Secir para finalização da proposta até 30/06/2019.</p>

10)tomar as providências e medidas necessárias ao cumprimento das obrigações estatuidas na Deliberação Normativa COPAM nº 127, de 2008, que estabelece diretrizes e procedimentos para avaliação ambiental da fase de fechamento de mina, mediante controle do SISEMA, por meio de procedimentos fiscalizatórios, auditorias, relatórios de avaliação, realizados pelos órgãos ambientais competentes.	Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SUARA/ SURAM/SEMAD  Gerência de Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas - FEAM	Liana Notari/DATEN  Letícia Capistrano /FEAM	Criação de Grupo de Trabalho mediante a Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Elaboração de Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a atividade minerária, Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária, revisão do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina e revisão da DN n.º 127/2008. A primeira reunião ocorreu em 26/06/17.	* Revisão das normas estaduais; * Padronização dos estudos ambientais; * Melhoria na gestão e fiscalização de minerações.	26 de junho/2017	Primeira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação dos membros e dos objetivos do GT.	1º monitoramento: Pauta da revisão da DN 127 no COPAM em 21/02/18. Foi feito pedido de vistas e retornou no dia 21/03/18, quando foi aprovada com alterações resultando na Deliberação Normativa Copam nº 220 , de 21 de março de 2018, publicada em 28/03/2018, conforme link a seguir:  <a href="http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/197953?paginaCorrente=052&amp;posicaoPagCorrente=197925&amp;linkBase=http%3A%2F%2Fjornal.iof.mg.gov.br%3A80%2Fxmlui%2Fhandle%2F123456789%2F&amp;totalPaginas=108&amp;paginaDestino=80&amp;indice=80">http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/197953?paginaCorrente=052&amp;posicaoPagCorrente=197925&amp;linkBase=http%3A%2F%2Fjornal.iof.mg.gov.br%3A80%2Fxmlui%2Fhandle%2F123456789%2F&amp;totalPaginas=108&amp;paginaDestino=80&amp;indice=80</a>  A revisão do Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a atividade minerária, do Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária e do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina foram concluídos em novembro/2017.  <b>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</b>
					19 de julho/2017	Segunda reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação de novas normas do DNPM pelo próprio DNPM e uma apresentação sobre as novas regras do licenciamento ambiental.	
					08 de agosto/2017	Terceira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: início das discussões sobre a minuta de alteração da DN COPAM 127/2008.	
					05 de setembro/2017	Quarta reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: continuidade das discussões sobre a DN COPAM 127/2008.	
					até novembro/2017	Término dos trabalhos do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017.	
11) realizar estudos sobre a evasão dos técnicos da SEMAD, objetivando o encaminhamento de projeto de lei à Assembleia Legislativa, de modo a criar mecanismos que incentivem a permanência daqueles profissionais na carreira de Analista Ambiental	SUGER	Renato Alves Pereira/SGDP	Implementação efetiva do acordo judicial homologado, que depende das ações SEPLAG, SECCRI e AGE no âmbito do poder executivo e da aprovação da ALMG no âmbito do legislativo.	* Incentivo à permanência dos servidores pertencentes às carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. * Melhoria do clima organizacional * Entrega de resultados mais satisfatórios para a sociedade	Publicação do Decreto em até 10 dias, após o Estado de Minas Gerais superar as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, os gastos com despesa de pessoal serem inferiores a 46,55% da receita corrente líquida. Publicação da Lei após aprovação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (o PL deverá tramitar em regime de urgência) e sanção do Governador, ambas as publicações conforme Acordo Homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	N/A	N/A
12)avaliar, por ocasião do provimento de cargos e da movimentação de pessoal, a necessidade de distribuição proporcional dos servidores entre as Superintendências da SEMAD, considerando, entre outros critérios, a complexidade administrativa, a relevância econômico-social, o quantitativo de áreas passíveis de licenciamento ambiental para atividades decorrentes da exploração do minério de ferro e o estoque de processos existentes em cada unidade	Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - SGDP/SUGER/ SEMAD	Renato Alves Pereira	A SEMAD tem elaborado materiais técnicos visando ao mapeamento e planejamento da sua força de trabalho como forma de subsidiar o desenvolvimento dos trabalhos referentes a produtividade setorial das Superintendências Regionais de Meio Ambiente - Suprams. Fazem parte do conjunto desses materiais técnicos: • Mapeamento e Planejamento da Força de Trabalho – importante ferramenta para a Gestão de Pessoas, que tem como objetivo o aumento da qualidade na execução dos serviços prestados, em decorrência da alocação de pessoas, no quantitativo ideal, de acordo com as competências necessárias para o desempenho eficaz das atividades. • Relatório Gerencial – que tem por objetivo identificar os processos executados pelas Suprams, mediante a coleta dos dados provenientes dos relatórios elaborados pelas Subsecretarias de Regularização	Melhor distribuição proporcional dos servidores entre as Suprams, considerando a complexidade administrativa, a relevância econômico-social, o quantitativo de áreas passíveis de licenciamento, bem como o número de processos de licenciamento existentes nas Suprams.	Cronograma de visitas e treinamentos realizados em 2017 nos Regionais do Sisema, na Remodelagem Institucional:  Sul de Minas (Varginha): 28/09 a 30/09; Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Uberlândia): 04/10 a 06/10; Norte de Minas (Montes Claros): 18/10 a 20/10; Alto São Francisco (Divinópolis): 25/10 a 27/10; Jequitinhonha (Diamantina): 08/11 a 10/11; Leste Mineiro (Governador Valadares): 22/11 a 25/11; Central Metropolitana (Belo Horizonte): 30/11 a 02/12; Zona da Mata (Ubá): 05/12 a 07/12; Noroeste (Unai): 13/12 a 16/12.	Ações já realizadas e continuas	1º monitoramento: Após a publicação dos Decretos de Competências do Igam, da Feam e do IEF, em janeiro/2018, foi realizada nova análise para redistribuição de pessoas, considerando as novas estruturas e competências assumidas pelas entidades, atendendo, dentro do possível, uma distribuição proporcional de servidores entre as unidades do Sisema.  <b>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</b>

			Ambiental, de Fiscalização Ambiental e de Gestão Regional, com a análise dos resultados alcançados, projeções de desempenho e proposição de ações para aperfeiçoamento dos processos. • Alinhamento Estratégico - referente à performance no Licenciamento Ambiental, com a Representatividade do Licenciamento nas Suprams desde 2013; o Perfil Histórico da Evolução do Passivo do Licenciamento Ambiental; a Tendência de Agravamento da Acumulação do Passivo do Licenciamento; a Performance Geral das Suprams e por Supram individualizada da Entrada e Finalização de Processos do Licenciamento Ambiental. * Em ocasião da remodelagem da Semad, pela Lei 21.972/16 e Decreto 47.042/16, todas as Suprams foram visitadas e houve avaliação e distribuição dos servidores disponíveis nas unidades administrativas						
13) capacitar os Analistas Ambientais para o exercício das funções inerentes ao cargo, com base em diagnóstico das necessidades demandadas pelas SUPRAMs (alínea — "e" do subitem 3.3.1 da fundamentação)	Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - SGDP/SUGER/ SEMAD	Renato Alves Pereira	A SEMAD, desde o início do ano de 2017, tem executado ações de desenvolvimento, com o propósito de criar a mentalidade da aprendizagem contínua e do autodesenvolvimento do seu quadro de servidores, utilizando como instrutores os servidores pertencentes às carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com experiência e conhecimento avançado na matéria. Nesse primeiro momento, o foco está sobre o Licenciamento Ambiental, conforme cronograma dos cursos abaixo, atendendo fortemente às demandas encaminhadas pelas Suprams	* Embuir o servidor efetivo de conhecimento técnico/jurídico sobre suas atividades laborativas; * Valorizar os servidores das carreiras do meio ambiente; * Propiciar o conhecimento técnico/científico institucional; * Incentivar a permanência do servidor nas organizações estatais; * Fomentar a padronização da aplicação de normas e procedimentos	Março/2017 Lavratura de Autos de Infração Abril/2017 Abate de Animais e Frigoríficos Maio/2017 Introdução à Espeleologia Junho/2017 Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos Industriais Julho/2017 Emissões Atmosféricas Agosto/2017 Intervenções Ambientais - Módulo I Setembro/2017 Mineração - Módulo I Outubro/2017 Espeleologia Planejamento de todo o conteúdo a ser desenvolvido no ano de 2018, considerando o diagnóstico das necessidades demandadas pelas Suprams. Novembro/2017 Socioeconomia Dezembro/2017 Outorgas - Módulo I Janeiro/2018 Autorizações de Fauna	Atualização março/19: Devido à nova gestão do Governo, o planejamento de capacitações para 2019 está em elaboração, para alinhamento com as novas diretrizes.			
14)realizar eventos internos de capacitação e treinamento, de modo a difundir conhecimentos, técnicas e boas práticas, utilizando os servidores mais experientes como instrutores (alínea —"f" do subitem 3.3.1 da fundamentação	Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - SGDP/SUGER/ SEMAD								
15) reavaliar o modo de atuação da SEMAD, tendo em vista o extenso rol de competências que lhe foram outorgadas, de modo que sejam reservadas à Secretaria, em relação ao SISEMA, apenas e tão somente, atribuições voltadas ao planejamento, coordenação e supervisão, e não de execução, diante dos diversos órgãos e entidades especializados que integram o Sistema.	Gabinete/SEMAD		Daniela Diniz	A organização das competências da Semad foi realizada por meio de projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, e atualmente estamos operacionalizando a recém aprovada Lei nº21.972 de 21 de janeiro de 2016. O decreto 47.042/2016 alterou as competências no âmbito da Semad de forma que várias competências retornaram às entidades vinculadas (IEF, FEAM, IGAM), por exemplo, atos autorizativos de outorga, intervenções florestais não vinculadas ao licenciamento ambiental, bem como a gestão de áreas abandonadas do plano de fechamento de minas e gestão de barragens de rejeito, que estão sob a gestão da FEAM.	* Atuação eficiente e dinâmica por parte dos órgãos que integram o Sisema * Competências melhor definidas * Gestão sistêmica dos problema ambientais		Decreto 47.042 publicado em 06/09/2016 *Decretos IEF, FEAM e IGAM até dezembro de 2018	Publicação dos decretos IEF, FEAM e IGAM até dezembro de 2018	1º monitoramento: Foram publicados os Decretos de Competências do IEF, Decreto nº 47344, de 23/01/2018, do Igam, Decreto nº 47343, de 23/01/2018, ambos publicados no dia 24/01/2018 conforme link: <a href="http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194466">http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194466</a> e da Feam, Decreto nº 47.347, de 24/01/2018, publicado em 25/01/2018, conforme link: <a href="http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194543">http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194543</a> Competências para emissão de atos autorizativos foram redistribuídas entre as entidades do Sisema conforme matéria, a exemplo das outorgas, que ficam agora a cargo do Igam, e da emissão de DAÍAs, que passam a ser responsabilidade do IEF, dentre outras.  Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento
16) apresentar cronograma físico-financeiro, de modo a sanear as deficiências e suprir as demandas pontuadas no relatório final de auditoria, as quais deverão ser complementadas por meio de diagnósticos realizados por aquela Secretaria de Estado e pelos órgãos e entidades que integram a sua área de competência (art. 6º da Lei Estadual nº 21.972, de 2016), mediante a previsão e a observância de critérios objetivos de priorização, a fim de garantir a segurança dos servidores e do patrimônio do Estado, bem como contribuir para a eficiência dos procedimentos inerentes à instrução dos processos de licenciamento ambiental, sob o crivo do SISEMA.	Subsecretaria de Gestão Regional - SUGER/SEMAD  Assessoria de Planejamento - ASPLAN/SEMAD		Diogo Franco/SUGER	Acompanhamento periódico do Plano de Ação elaborado em cumprimento às diretrizes do TCE, com o objetivo de garantir aos Dirigentes Máximos o conhecimento e a constante atualização das ações propostas, apresentar entregas relevantes e fomentar a resolução de entraves por meio da atuação da alta gestão.	* Melhor planejamento e controle das ações propostas;  * Alinhamento entre o planejamento físico e o planejamento financeiro; * Subsídio à tomada de decisões; * Informações qualificadas; * Subsídio para a definição de prioridades da Semad; * Interlocução das áreas finalísticas com a alta direção.		Continuado	As atividades do plano de ação que demandam execução de despesa estão previstas na Lei Orçamentária Anual, possuindo disponibilidade orçamentária e financeira para sua realização.	Atualização março/19: Novas aquisições realizadas com recursos do TTAC UIASA, a seguir:  1 Servidor de Streaming 200 Estabilizador de Energia 300va 12 Licença Windows Server 2016 Datacenter 02 Blades 9 Rack 20 No-Breaks 1.2kva 17 Disco SSD10 Scanner 9 No-Breaks 2kva - Rack 44U 10 Scanner 5 Servidor de Rede 01 Processador 32GB RAM

17)criar sistemática de acompanhamento das condicionantes, estabelecidas nas licenças concedidas, de modo a garantir seu cumprimento	Superintendência de Estratégia em Fiscalização Ambiental - SEFIS/SUFIS/ SEMAD	Flávio Aquino/SEFIS	Com a reestruturação da SEMAD cada SUPRAM passou a possuir um Núcleo de Controle Ambiental – NUCAM que tem como objetivo de "promover o acompanhamento dos sistemas de controle ambiental dos empreendimentos devidamente regularizados, acompanhar e verificar, nos processos de regularização ambiental em que foi concedida licença de operação, o cumprimento de condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental competente". Além da criação do NUCAM foi elaborada a Instrução de Serviço Sisema 04/2017 que dispõe sobre procedimentos para a análise e acompanhamento de condicionantes de processos de licenciamento ambiental pelos Núcleos de Controle Ambiental	* Rotina de acompanhamento dos empreendimentos licenciados, permitindo assim verificar se os mesmos estão atendendo as condições operacionais estabelecidas no processo de licenciamento ambiental	Abril/2017	Instrução concluído e aplicação pelos NUCAM's	<p><b>Atualização:</b> Para o PAF 2019, estão previstas as ações abaixo:</p> <p>- O PAF 2019 dos NUCAMs prevê a fiscalização de 25 empreendimentos enquadrados na listagem A da DN 74/2004 ou 217/2017.</p> <p>- O PAF 2019 das DFISCs, Diretorias da Sede e CIAs PM prevê 32 operações ordinárias da agenda marrom, subdivisão extração mineral.</p> <p>Considerando que os NUCAM's iniciaram seus trabalhos em setembro de 2016, objetiva-se realizar uma revisão participativa da IS 04/2017, com contribuição das equipes dos NUCAM's, o que permitirá que a nova IS seja calçada no cotidiano de quem a implementa.</p> <p>A previsão de conclusão da revisão da IS 04/2017 é outubro/19, conforme cronograma anexo.</p>																																																				
18) estabelecer metodologia para estipulação de condicionantes, definindo critérios de classificação delas no que se refere à prioridade, relevância e risco, baseados nos objetivos e metas ambientais a serem alcançados no licenciamento das atividades de extração do minério de ferro	Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SUARA/ SURAM/SEMAD  Núcleos de Controle Ambiental - NUCAMs	Liana Notari/DATEN  Coordenadores NUCAMs	Criação dos Núcleos de Controle Ambiental - NUCAMs pelo Decreto Estadual n.º 47.042/2016 , treinamentos dos profissionais, para todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental com o objetivo de orientá-los quanto à análise técnica dos processos de licenciamento ambiental relacionados às atividades minerárias, promovendo-se maior alinhamento institucional. De forma complementar, a Diretoria de Apoio Técnico e Normativo que tem por finalidade prestar apoio e emanar diretrizes para o alinhamento dos aspectos técnicos e normativos em relação ao processo de licenciamento ambiental e de autorização de intervenção ambiental no Estado, tem realizado visitas técnicas nas quais dúvidas gerais estão sendo tratadas, metodologias e procedimentos de trabalho estão sendo criados e acompanhamento de ações.	* Padronização do estabelecimento de condicionantes, no acompanhamento preventivo e na supervisão do cumprimento; * Acompanhamento ambiental preventivo; * Supervisão do cumprimento de condicionantes.	Há previsão de treinamentos sistemáticos com o objetivo de orientá-los quanto à análise técnica dos processos de licenciamento ambiental relacionados às atividades minerárias, cujo primeiro está previsto para realizar-se em outubro de 2017. De forma complementar, ainda estão sendo realizadas visitas técnicas nas quais dúvidas gerais estão sendo tratadas.	No período de 17 a 19 de outubro de 2017 será realizado curso de capacitação para todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental acerca do licenciamento ambiental das atividades de mineração, nas quais se inclui a atividade de minério de ferro. Cronograma das visitas técnicas tratando acerca das dúvidas gerais sobre a regularização ambiental: 22 e 23 de junho Supram Alto São Francisco, 06 e 07 de julho Supram Zona da Mata, 13 e 14 de julho Supram Central Metropolitana, 31 de julho a 02 de agosto Supram Leste de Minas, 04 a 06 de setembro Supram Norte de Minas, 13 a 15 de setembro Supram Noroeste de Minas, 09 a 11 de outubro Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 13 e 14 de novembro Supram Sul de Minas, e 04 e 05 de dezembro Supram Jequitinhonha.	<p><b>Atualização março/19:</b> Em 2017 foram realizadas capacitações, sob a coordenação da SUARA e apoio da SGDP, para servidores das nove Superintendências Regionais de Meio Ambiente (SUPRAM), no tema "Direito Minerário e impactos ambientais na mineração entre os dias 24 a 26-10-2017. Foram realizadas visitas técnicas de alinhamento na SUPRAM Alto São Francisco (22 e 23-06-2017); SUPRAM Zona da Mata (6 e 7-07-2017); SUPRAM Central Metropolitana (13 e 14-07-2017); SUPRAM Leste Mineiro (31-7 a 2-8-2017); SUPRAM Norte de Minas (4 a 6-09-2017); SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (9 a 11-10-2017). Em 2018 foram realizadas visitas técnicas de alinhamento na SUPRAM Noroeste de Minas (06 a 08-08-2018); SUPRAM Sul de Minas (13 e 14-8-18); SUPRAM Jequitinhonha (03 e 4-09-2018); SUPRAM Alto São Francisco (4 e 5-10-2018); SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em (8 a 10-10-2018), SUPRAM Leste de Minas em (08-11-2018). O modelo de parecer único foi atualizado e alinhado com todas as Superintendências Regionais e SUPPRI. Para o ano de 2019, estão previstas visitas técnicas de alinhamento na SUPRAM Zona da Mata (11 e 12-04-2019); SUPRAM Norte de Minas (27 a 29-05-2019); SUPRAM Noroeste de Minas (12 a 14-06-2019); SUPRAM Jequitinhonha (05 e 06-08-2019); SUPRAM Sul de Minas (12 e 13-08-2019); SUPRAM Alto São Francisco (02 e 04-09-2019); SUPPRI (01-10-2019); SUPRAM Central Metropolitana (08-10-2019); SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (04 a 06-11-2019); SUPRAM Leste de Minas (02 a 04-12-2019) e nova atualização dos modelos de parecer único, incluindo as condicionantes de controle ambiental. O Sistema de Licenciamento Ambiental em desenvolvimento possibilitará o aperfeiçoamento da gestão da informação e da eficiência na gestão pública, sendo uma das funcionalidades previstas no escopo de seu projeto o registro e monitoramento constante dos prazos e do cumprimento de condicionantes de maneira mais eficiente e transparente, pelo órgão ambiental e pelo empreendedor. Está previsto, na reestruturação do Sisema, a mudança dos Núcleos de Controle Ambiental - Nucams - para a equipe da Suram, o que trará maior integração, controle e compartilhamento de informações.</p>																																																				
19) proceder ao planejamento da fiscalização ambiental integrada nos empreendimentos minerários, de forma rotineira, não limitada às operações especiais;	Superintendência de Estratégia em Fiscalização Ambiental - SEFIS/SUFIS/ SEMAD  Gerência de Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas - GESAD/FEAM	Flávio Aquino/SEFIS  Letícia Capistrano/FEAM	Construção dos Planos Anuais de Fiscalização, mantendo a mesma metodologia adotada em 2017 no qual forma incluídas 38 operações de fiscalização das atividades minerárias, em razão da mineração estar incluída com um dos pontos de pressão ambiental de Minas Gerais.  Além disso, na nova proposta de Decreto da FEAM, a GESAD tem a competência de "orientar, avaliar e acompanhar a regularização ambiental de empreendimentos minerários para o seu encerramento e na fase de fechamento de mina, em articulação com órgãos e entidades do SISEMA.	* Incremento do quantitativo de ações de fiscalização nos empreendimentos minerários * Padronização dos procedimentos  * Diminuição dos prazos de análise	out/17	Definição da Metodologia de Trabalho	<p><b>Atualização março/19:</b> Para apuração dos resultados a seguir foram consideradas as atividades da listagem A das DN 74/2004 e 217/2017, além de intervenções em Recursos Hídricos específicas para a atividade minerária (dragagem em cava e curso d'água e captação para rebaixamento de nível de água em mineração)</p> <table><tr><th colspan="4">Fiscalização de Empreendimentos Minerários - Sede e DFISC</th></tr><tr><th>Ano</th><th>Fiscalizações</th><th>Atividades</th><th>Infrações / Constatações</th></tr><tr><td>2016</td><td>218</td><td>279</td><td>200</td></tr><tr><td>2017</td><td>588</td><td>692</td><td>309</td></tr><tr><td>2018</td><td>250</td><td>294</td><td>236</td></tr><tr><td>2019*</td><td>44</td><td>44</td><td>17</td></tr><tr><td>Total</td><td>1100</td><td>1309</td><td>762</td></tr></table> <p>* até Fevereiro</p> <table><tr><th colspan="4">Fiscalização de Empreendimentos Minerários - NUCAM</th></tr><tr><th>Ano</th><th>Fiscalizações</th><th>Atividades</th><th>Infrações / Constatações</th></tr><tr><td>2017</td><td>61</td><td>67</td><td>22</td></tr><tr><td>2018</td><td>49</td><td>57</td><td>37</td></tr><tr><td>2019*</td><td>13</td><td>21</td><td>7</td></tr><tr><td>Total</td><td>123</td><td>145</td><td>66</td></tr></table> <p>* até Fevereiro</p> <p>Não é possível separar os resultados das fiscalizações de atividades potencialmente poluidoras realizadas pela PM de acordo com a listagem das DN's.</p>	Fiscalização de Empreendimentos Minerários - Sede e DFISC				Ano	Fiscalizações	Atividades	Infrações / Constatações	2016	218	279	200	2017	588	692	309	2018	250	294	236	2019*	44	44	17	Total	1100	1309	762	Fiscalização de Empreendimentos Minerários - NUCAM				Ano	Fiscalizações	Atividades	Infrações / Constatações	2017	61	67	22	2018	49	57	37	2019*	13	21	7	Total	123	145	66
Fiscalização de Empreendimentos Minerários - Sede e DFISC																																																											
Ano	Fiscalizações	Atividades	Infrações / Constatações																																																								
2016	218	279	200																																																								
2017	588	692	309																																																								
2018	250	294	236																																																								
2019*	44	44	17																																																								
Total	1100	1309	762																																																								
Fiscalização de Empreendimentos Minerários - NUCAM																																																											
Ano	Fiscalizações	Atividades	Infrações / Constatações																																																								
2017	61	67	22																																																								
2018	49	57	37																																																								
2019*	13	21	7																																																								
Total	123	145	66																																																								
					nov/17	Elaboração do PAF 2018																																																					
					dez/17	Aprovação do PAF 2018																																																					

					dez/18	Execução PAF 2018	<p>Além disso, a Feam realizou 8 vistorias no segundo semestre de 2018.</p> <p>As vistorias foram realizadas com o objetivo de orientar a recuperação de áreas mineradas e os comprovantes seguem no link: <a href="https://www.dropbox.com/s/6of0hqrbcck4cib/comprovantes.zip?dl=0">https://www.dropbox.com/s/6of0hqrbcck4cib/comprovantes.zip?dl=0</a></p> <p>Vale ressaltar que fiscalização dos empreendimentos minerários foi incluída no Programa de Eficiência Ambiental - PEA, instituído pela Resolução Conjunta SEMAD/SEPLAG/SEF Nº 2.781 de 22/02/2019 que altera a Resolução Conjunta SEMAD/SEPLAG/SEF Nº 2.739, de 21/12/2018, que estipula metas para o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sisema. Esta medida, visa um incremento quantitativo de fiscalizações sobre empreendimentos minerários, sem gerar prejuízo à fiscalização das demais tipologias. Espera-se que o incremento quantitativo traga melhorias na qualidade ambiental através da correta operação destes empreendimentos, reduzindo a incidência de extrações clandestinas e sem medidas efetivas de controle e, também, garantindo o cumprimento dos limites de exploração, cumprimento de condicionantes, compensações ambientais e mitigação dos impactos decorrentes das atividades, para aqueles empreendimentos regularizados. Para 2019, a meta estipulada é a realização de 326 fiscalizações em empreendimentos minerários, conforme tabela abaixo:</p> <table><tr><th></th><th>N DE OP FISC ANUAL</th><th>META ANO</th><th>META ACUMULADA</th></tr><tr><td>2019</td><td>326</td><td>20%</td><td>20%</td></tr><tr><td>2020</td><td>345</td><td>20%</td><td>40%</td></tr><tr><td>2021</td><td>372</td><td>30%</td><td>70%</td></tr><tr><td>2022</td><td>400</td><td>30%</td><td>100%</td></tr></table>		N DE OP FISC ANUAL	META ANO	META ACUMULADA	2019	326	20%	20%	2020	345	20%	40%	2021	372	30%	70%	2022	400	30%	100%
	N DE OP FISC ANUAL	META ANO	META ACUMULADA																								
2019	326	20%	20%																								
2020	345	20%	40%																								
2021	372	30%	70%																								
2022	400	30%	100%																								
20) envidar esforços com vistas à celebração de acordos de cooperação técnica com os órgãos municipais de meio ambiente nos municípios impactados pelos empreendimentos minerários, objetivando a realização de trabalhos conjuntos de fiscalização, de forma a permitir uma maior integração entre os órgãos ambientais	Diretoria de Apoio à Gestão Municipal - DAGEM/SURAM/ SEMAD	Cibele Magalhães/ Suram	<p>Entrou em vigor a Lei Estadual n.º 21.972/2016 e o Decreto Estadual n.º 47.042/2016, o que fez com que fosse criada a Diretoria de Apoio à Gestão Municipal - DAGEM. Revogação da Deliberação Normativa COPAM n.º 102/2006 e vigência do Decreto Estadual n.º 46.937/2016. Já celebraram convênios de cooperação administrativa e técnica com o Estado, visando ao licenciamento, fiscalização e controle das atividades de impacto ambiental restritas ao território municipal os seguintes municípios: Belo Horizonte; Betim; Brumadinho; Contagem; Juiz de Fora; Uberaba; e Ibirité.</p> <p>Em 2017 os municípios de Contagem e Betim ampliaram as atribuições estabelecidas nos acordos de cooperação técnicas anteriores passando pela regularização de empreendimentos classe 05, nos termos da DN 074/04</p>	<p>A criação de uma Diretoria de Apoio à Gestão Municipal contribui para o aumento do vínculo do órgão ambiental estadual com os municípios localizados em sua base territorial, prestando maior apoio a esses. O Decreto Estadual n.º 46.937/2016 racionalizou os requisitos exigidos pela Deliberação Normativa COPAM n.º 102/2006, visando ao aumento da Delegação da Gestão Ambiental Municipal para celebração de acordos de cooperação técnica. A delegação contribui para maior controle das atividades, considerando a facilidade e a otimização da gestão territorial, além de contribuir para a diminuição do passivo de processos de regularização ambiental em processamento e análise pelo órgão estadual.</p>	Processo contínuo	<p>Já houve a criação da Diretoria de Apoio à Gestão Municipal, cujo apoio aos municípios é contínuo. De forma complementar, entrou em vigência a Deliberação Normativa COPAM n.º 213/2017, em que 61 municípios já manifestaram interesse em aderir às competências nela estabelecidas, o que fomenta a formação e capacitação de órgãos ambientais municipais para a regularização ambiental das atividades de impacto local, contribuindo para o aumento da delegação de competências. Percebe-se que o Estado tem envidado esforços em capacitar seus municípios para que esses assumam cada vez mais competências relacionadas à regularização ambiental</p>	<p><b>Atualização março/19:</b> Novos municípios que aderiram à DN 213/17 e data da adesão: Bocaiúva 28/11/2018, Botumirim 28/11/2018, Buenópolis 28/11/2018, Catuti 28/11/2018, Claro dos Poções 28/11/2018, Conceição do Mato Dentro 03/10/2018, Francisco Sá 28/11/2018, Governador Valadares 29/10/2018, Grão Mogol 28/11/2018, Itacambira 28/11/2018, Itaúna 03/09/2018, Mirabela 28/11/2018, São João da ponte 28/11/2018, São João do Pacuí 28/11/2018, Varzelândia 28/11/2018.</p> <p>Para acessar informações atualizadas sobre os municípios aptos a exercer a atribuição originária acessar o link: <a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/sem-categoria/358-manifestacao-dos-municipios-com-competencia-originaria">http://www.meioambiente.mg.gov.br/sem-categoria/358-manifestacao-dos-municipios-com-competencia-originaria</a></p> <p>De setembro a dezembro de 2018, os seguintes municípios receberam treinamento/capacitação: Alto Caparaó, Arinos, Bonfinópolis de Minas, Canaã, Dom Bosco, Guaraciaba, Natalândia, Ouro Branco, Paracatu, Piranga, Piraúba, Santo Antonio do Gramma, Unai, Visconde do Rio Branco, totalizando 164 municípios capacitados.</p>																				

				<p>A partir da estruturação dos municípios impulsionados pela Deliberação Normativa COPAM n.º 213/2017, esses estarão cada vez mais capacitados quanto à fiscalização da atividade e controle ambiental, o que fomenta a formação e capacitação de órgãos ambientais municipais para as atividades de regularização ambiental de impacto local, contribuindo para o aumento do número de municípios interessados na delegação de competências originárias do órgão ambiental estadual. Além disso, seis municípios já manifestaram adesão ao licenciamento ambiental com competência originária, sendo eles: Patrocínio, Frutal, Itabirito, Belo Vale, Três Marias e Santa Luzia.</p>			
21) estimular a criação de comissões institucionais especiais de acompanhamento de impactos ambientais com representantes comunitários ou organizações não governamentais	Assessoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais - ASSEA/SEMAD  Assessoria de Comunicação - ASCOM/SEMAD	Thiago Aroeira / TI/ SUGER André Luis Ruas/ASSEA  Valquiria/ Ascom	Ação 01: Manter base de informações precisas e organizadas, em modo digital		até agosto/2018	Ação 01: Conforme Plano de Ação de atendimento da recomendação nº 05.	<p><b>Atualização março/19:</b> O Portal da Transparência Ambiental foi lançado no dia 23 de novembro de 2018, de forma restrita a toda sociedade, no endereço <a href="http://transparencia.meioambiente.mg.gov.br/">http://transparencia.meioambiente.mg.gov.br/</a> No âmbito do Programa Diálogos com o Sisema foi realizada mais uma edição, com o tema "Desafios e Oportunidades para a Gestão da Fauna Doméstica no País" em 22/11/18, totalizando 7 edições do evento em 2018. Desde sua criação, o Programa já alcançou 384 cidadãos, dentre eles representantes de órgãos públicos, empresas, comitês de bacia hidrográfica, estudantes, professores, Organizações Não Governamentais e sociedade em geral. Adicionalmente, em 2019, será realizada a III Edição do Prêmio de Boas Práticas Ambientais do Sisema, instituído pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.608 de 7 de março de 2018, que visa reconhecer, incentivar e divulgar as boas práticas, ações e projetos de conservação, preservação e recuperação do meio ambiente e dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais. A temática do Prêmio em 2019 será a gestão de resíduos e irá premiar as melhores práticas e projetos de gestão de resíduos minerários - e dos resíduos industriais e agropecuários - executados pela sociedade civil, poder público e instituições privadas.</p>
			<p>(SIAM/SISEMANet) de todos os empreendimentos licenciados e da documentação correspondente, tais como: termos de referência, estudos ambientais, pareceres, etc.</p> <p>Ação 02: Realizar amplas campanhas de divulgação das ferramentas de denúncia ambiental do SISEMA, conjugadas com a divulgação das informações e documentos sobre os empreendimentos minerários, fomentando a participação da sociedade civil no acompanhamento dos impactos ambientais destes empreendimentos.</p> <p>Ação 03: Promover as reuniões da Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental, com participação de um representante de Organização Não Governamental como membro permanente e também da sociedade civil em geral, principalmente de representantes de comunidades atingidas e outras ONGs ambientalistas, como público, para discussão dos impactos ambientais dos empreendimentos minerários de grande porte passíveis de licenciamento ambiental.</p>	<p>Maior participação da sociedade civil no acompanhamento dos impactos ambientais dos empreendimentos minerários, através do aumento da transparência e da gestão participativa, somando esforços e complementando as ações de fiscalização em parceria com o Estado, e consequentemente fomentando a fiscalização às infrações ambientais e a melhoria da qualidade ambiental no Estado.</p>	Continuado	Ação 02: Imediatamente após a conclusão das medidas da ação anterior.	<p><b>Atualização março/19:</b> No site da Semad há um menu específico para o canal de denúncias ambientais: <a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/denuncia">http://www.meioambiente.mg.gov.br/denuncia</a></p> <p>Também existe um outro canal que recebe denúncias, na páginas:</p> <p>do Núcleo de Emergências Ambientais da Semad: <a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/emergencia-ambiental">http://www.meioambiente.mg.gov.br/emergencia-ambiental</a> do IEF: <a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/denuncia">http://www.meioambiente.mg.gov.br/denuncia</a> da Feam: <a href="http://www.feam.br/fiscalizacao">http://www.feam.br/fiscalizacao</a> e do Igam: <a href="http://www.feam.br/fiscalizacao">http://www.feam.br/fiscalizacao</a></p> <p>O Sisema também realiza, periodicamente, e em todo o Estado de Minas Gerais, diversas ações de fiscalização, que podem ser conferidas nos links abaixo:</p> <p><a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/3582-programa-de-fiscalizacao-preventiva-na-industria-chega-ao-triangulo-mineiro">http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/3582-programa-de-fiscalizacao-preventiva-na-industria-chega-ao-triangulo-mineiro</a> <a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/3579-workshop-de-fiscalizacao-ambiental-preventiva-chega-a-capital-mineira">http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/3579-workshop-de-fiscalizacao-ambiental-preventiva-chega-a-capital-mineira</a> <a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/3566-fiscalizacao-preventiva-orienta-setor-industrial-em-montes-claros-e-itaobim">http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/3566-fiscalizacao-preventiva-orienta-setor-industrial-em-montes-claros-e-itaobim</a> <a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/3555-fiscalizacao-preventiva-orienta-setor-industrial-em-quatro-regioes-de-minas">http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/3555-fiscalizacao-preventiva-orienta-setor-industrial-em-quatro-regioes-de-minas</a> <a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/3552-fiscalizacao-da-semad-tera-workshops-para-a-industria-em-pouso-alegre-e-juiz-de-fora">http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/3552-fiscalizacao-da-semad-tera-workshops-para-a-industria-em-pouso-alegre-e-juiz-de-fora</a> <a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/3545-minas-gerais-da-inicio-ao-programa-de-fiscalizacao-ambiental-na-industria-2018">http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/3545-minas-gerais-da-inicio-ao-programa-de-fiscalizacao-ambiental-na-industria-2018</a> <a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/fiscalizacao/fiscalizacao-preventiva">http://www.meioambiente.mg.gov.br/fiscalizacao/fiscalizacao-preventiva</a> <a href="http://www.semamg.gov.br/images/stories/2016/FISCALIZACAO/folder-fui-fiscalizado-site.pdf">http://www.semamg.gov.br/images/stories/2016/FISCALIZACAO/folder-fui-fiscalizado-site.pdf</a> <a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/2017/FISCALIZACAO/Vou_ser_fiscalizado.pdf">http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/2017/FISCALIZACAO/Vou_ser_fiscalizado.pdf</a></p> <p>Acrescenta-se que o Sisema divulga suas ações também via Facebook, Instagram e YouTube, visando difundir as informações a um maior número de cidadãos.</p>
					Continuado	Ação 03: Ação em andamento desde fevereiro/2017, sendo realizada de forma permanente.	<p><b>1º monitoramento:</b> As reuniões acontecem de forma continuada, mensalmente, por meio da Câmara Técnica de Atividades Minerárias - CMI do COPAM, conforme pode se aferir através do link: <a href="http://www.reunioes.semamg.gov.br/copam_reunioes.asp?x_camara=CPA">http://www.reunioes.semamg.gov.br/copam_reunioes.asp?x_camara=CPA</a></p> <p><b>Ação de caráter contínuo - sem atualização para o 2º monitoramento</b></p>

22) observar os requisitos especificados nos incisos I e II e no parágrafo único do art. 2º da DN COPAM nº 167, de 2011, como condição de validade das medições ambientais, constantes dos relatórios e certificados de calibração, emitidos pelos laboratórios prestadores de serviços ambientais no Estado de Minas Gerais	Superintendência de Estratégia em Fiscalização Ambiental - SEFIS/SUFIS/ SEMAD Núcleos de Controle Ambiental - NUCAMs	Flávio Aquino/SEFIS	Em face da recomendação é necessário a procedimentação para fins de aplicação dos critérios estabelecidos na DN COPAM 167/2011, em especial das avaliações dos automonitoramentos. Como já informado, foi feita alteração na estrutura orgânica do Sisema, por meio da vigência da Lei Estadual n.º 21.972, de 21 de janeiro de 2016, que culminou, posteriormente, com a edição do Decreto Estadual n.º 47.042, de 06 de setembro de 2016. Nesta alteração foram criados os NUCAMs, que se dedicam ao acompanhamento dos empreendimentos licenciados. Visando garantir a aplicação dos critérios da DN 167/2011 e outros procedimentos, foi editada a Instrução de Serviço Sisema 04/2017 que dispõe sobre procedimentos para a análise e acompanhamento de condicionantes de processos de licenciamento ambiental pelos Núcleos de Controle Ambiental – NUCAMs.	Um dos objetivos das instruções de serviço é a padronização de procedimentos por todas as unidades administrativas da SEMAD, deste modo espera-se que com edição da IS 04/2017 todos os servidores passem a observar os critérios estabelecidos na DN COPAM 167/2011.	Abril/2017	Instrução concluída e aplicação pelos NUCAMs e DREG's	<p><b>1º monitoramento:</b> A revisão da DN 167/11 foi concluída com a publicação da DN 216/17, de 27/10/017 em que, dentre as obrigações já previstas na DN 167/11 ressalta-se os avanços dos seguintes pontos:</p> <p>1- Limitou a emissão de laudos de pressão sonora e vibração por profissionais autônomos sem acreditação/Reconhecimento de competência até 01 de janeiro de 2020. Posterior a essa data todos os laudos emitidos devem ser por ente (pessoa física ou jurídica) acreditados/reconhecidos.</p> <p>2- Retornou com a obrigação de lista entes a) credenciados; b) reconhecida e competencia e c) em processo de reconhecimento e/ou acreditação no site da FEAM, e</p> <p>3- Cria critérios para cadastro e descadastramento de entes.</p> <p><a href="http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/190742">http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/190742</a>  <b>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</b></p>
			Criação dos NUCAMs pelo Decreto Estadual n.º 47.042/2016. O analista lotado no NUCAM vai aferir se a medição recebida é proveniente de laboratório cadastrado. Também foi editada a Instrução de Serviço Sisema 04/2017, que estabelece a necessidade de observar os critérios estabelecidos na DN COPAM 167/2011. De toda a forma, no âmbito do Gabinete do Secretário Adjunto está sendo coordenado um trabalho de análise da eficácia da DN 167/2011.	A análise do autormonitoramento será realizada por uma unidade específica da Superintendência Regional de Meio Ambiente, não se confundindo, essa unidade, com aquela destinada a licenciar os empreendimentos, o que possibilitará maior efetividade do órgão ambiental no controle dos empreendimentos licenciados/autorizados ambientalmente.	Já houve alteração na legislação quanto à criação dos NUCAMs	Já houve alteração na legislação quanto à criação dos NUCAMs.	
23) promover a revisão da DN COPAM nº 12, de 1994, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas, de forma a: A) estabelecer rito mais objetivo, que favoreça o esclarecimento de dúvidas e debates, bem como a incorporação, no parecer técnico, das contribuições dos participantes; B) garantir que as informações prestadas pelo empreendedor estejam adequadas à compreensão do público alvo e que o local destinado à realização da audiência pública tenha capacidade para atender à demanda esperada, bem como condições adequadas de infraestrutura e de acesso público; C) propiciar a realização de devolutivas, que esclareçam à população, de forma fundamentada, quais as contribuições foram acatadas e quais não foram;	<p>Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SUARA/ SURAM/SEMAD</p> <p>Assessoria de Normas e Procedimentos - ASNOP/SEMAD</p>	<p>Liana Notari/DATEN</p> <p>Bruno Tavares/ASNOP</p>	Revisão da DN n.º 12/1994 após a revisão da DN n.º 74/2004, que ocorrerá até o final do ano de 2017.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Devolutiva do órgão à sociedade</li> <li>• Maior conhecimento da população acerca das datas e locais de realização de Audiências Públicas</li> <li>• Maior conhecimento da população acerca da instalação dos empreendimentos.</li> </ul>	abr/18	Conclusão da revisão da DN 12	<p><b>1º monitoramento:</b> A minuta de revisão da Deliberação Normativa nº 12 foi pautada na 118ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa Recursal – CNR – no Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –, em 27 de junho de 2018. O texto pautado foi aprovado na 119ª Reunião Ordinária da CNR, em 25 de julho de 2018, com alterações. Em 01 de agosto de 2018, foi publicada a Deliberação Normativa Copam nº 225, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual, na Imprensa Oficial de Minas Gerais, conforme pode se verificar através do link: <a href="http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/205383">http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/205383</a>.</p> <p><b>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</b></p>

D) estabelecer a possibilidade de realização de reuniões preparatórias à audiência, com o objetivo de difundir conhecimento e promover a mobilização da comunidade; E) estabelecer mecanismos para que a audiência pública corresponda a um processo de consulta à comunidade afetada durante certo período, e não apenas em uma única reunião; F) aperfeiçoar os mecanismos de publicidade das audiências públicas, por meio de ferramentas de maior alcance, como a internet, a fim de divulgar, previamente, o local, a data e o horário de sua realização, além do relatório-síntese, vídeo e áudio; e, G) divulgar, de forma mais ampla, o conteúdo dos estudos ambientais para que a população possa compreender os impactos ambientais do empreendimento;					jun/18	Aprovação da revisão da DN 12 no COPAM	
24)aprimorar as análises técnicas dos processos de licenciamento ambiental das atividades minerárias, de forma a garantir que o meio ambiente seja considerado de forma ampla, justificando, quando for o caso, os motivos pelos quais as demandas apresentadas nas audiências públicas fogem à competência do SISEMA	Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SUARA/SURAM/SEMAD	Daniela Diniz/Gabinete Semad  Aldemir Carvalho/UICI  Liana Notari/Suram	Entraram em vigência nos últimos anos diversos instrumentos normativos, a saber: Lei Estadual n.º 21.972, de 21 de janeiro de 2016. Decreto Estadual n.º 46.937, de 21 de janeiro de 2016. Decreto Estadual n.º 46.953, de 23 de fevereiro de 2016. Decreto Estadual n.º 46.993, de 02 de maio de 2016. Decreto Estadual n.º 47.042, de 06 de setembro de 2016. Decreto Estadual n.º 47.137, de 24 de janeiro de 2017. Deliberação Normativa COPAM n.º 210, de 21 de setembro de 2016. Deliberação Normativa COPAM n.º 213, de 22 de fevereiro de 2017. Deliberação Normativa COPAM n.º 214, de 26 de abril de 2017.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Otimizar as análises técnicas nos processos de licenciamento ambiental</li><li>• Padronizar os procedimentos entre todas as SUPRAMs e SUPPRI.</li></ul>	Continuado	-	<p><b>Atualização março/19:</b> Foram editadas as seguintes normas:</p> <p>DN 228/2018 - Revoga a Deliberação Normativa Copam nº 210, de 21 de setembro de 2016, estabelece diretrizes específicas para licenciamento das atividades descritas sob os códigos A-05-06-2, A-05-08-4 e A-05-09-5 da Deliberação Normativa Copam nº 217, de 6 de dezembro de 2017, e dá outras providências, que pode ser acessada através do link:<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47138">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47138</a>; DN COPAM Nº 232 de 27/02/2019 que Institui o Sistema Estadual de Manifesto de Transporte de Resíduos e estabelece procedimentos para o controle de movimentação e destinação de resíduos sólidos e rejeitos no estado de Minas Gerais e dá outras providência, que pode ser acessada através do link: <a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47998">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47998</a></p> <p>Além disso, em razão do desastre ocorrido em Brumadinho, pelo rompimento da Barragem 1, da mina Córrego do Feijão, a Controladoria Geral do Estado - CGE está implementando junto à Semad uma Auditoria de Gestão de Risco e Integridade, objetivando o gerenciamento de riscos dos processos de licenciamento e fiscalização ordinária ambiental de complexo minerário. A previsão de término da referida Auditoria é junho/2019. A partir dos resultados, a Semad avaliará a viabilidade de implementação de medidas que aprimorem a análise técnica dos processos.</p>
25)desenvolver instrumentos para padronização de procedimentos, com a finalidade de orientar os servidores da SEMAD sobre o processo participativo das audiências públicas.	Assessoria de Normas e Procedimentos - ASNOP/SEMAD  Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUGER/SEMAD  Superintendência de Políticas Regionais - SUPOR/SUGER/SEMAD	Bruno Tavares/ASNOP Tiago Aroeira/STI Breno Lasmar/SUPOR Flávia Simão/SUPOR	O Decreto Estadual nº 47.042 de 06 de setembro de 2016, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, inseriu na estrutura orgânica da Semad a Assessoria de Normas e Procedimentos – Asnop.  A Asnop tem dentre suas atribuições a execução de ações visando ao alinhamento estratégico de normas e procedimentos de natureza técnica para a execução dos atos autorizativos, fiscalização e monitoramento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Definição clara do rito da audiência pública, de modo que as normas vigentes sejam aplicadas de forma padronizada, no âmbito dos processos de licenciamento ambiental, por todos os servidores da Semad;</li><li>• Otimização da divulgação de informação ao público alvo da audiência pública.</li><li>• Definição de procedimentos operacionais mais adequados;</li><li>• Atualização dos procedimentos;</li><li>• Padronização dos fluxos de trabalho.</li></ul>	jun/18	Aprovação da revisão da DN 12 no COPAM	<p><b>1º monitoramento:</b> A minuta de revisão da Deliberação Normativa nº 12 foi pautada na 118ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa Recursal – CNR – no Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –, em 27 de junho de 2018. O texto pautado foi aprovado na 119ª Reunião Ordinária da CNR, em 25 de julho de 2018, com alterações. Em 01 de agosto de 2018, foi publicada a Deliberação Normativa Copam nº 225, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual, na Imprensa Oficial de Minas Gerais, conforme pode se verificar através do link: <a href="http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/205383">http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/205383</a></p> <p><b>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</b></p>

		<p>ambiental no âmbito do Sisema.</p>				
		<p>De acordo com o art. 8º do decreto em comento, compete à Asnop: "I – padronizar o formato para emissão de normas ambientais e procedimentos de trabalho e serviço, em conjunto com as subsecretarias da Semad, entidades vinculadas e órgãos conveniados, a fim de criar bancos de dados consolidados para consulta pelos agentes do Sisema e público externo, quando for o caso; II – propor, elaborar e apoiar o aperfeiçoamento de normas e procedimentos administrativos e técnicos que visem a garantir a efetividade das ações e da sistemática de análise e emissão de atos autorizativos, da fiscalização e monitoramento ambiental; III – harmonizar e uniformizar normas e procedimentos de trabalho e serviço no âmbito do Sisema; IV – coordenar a elaboração de minutas de atos normativos e acompanhar sua tramitação, observado o disposto no inciso VIII do art. 10; e V – atuar, apoiar e zelar pela uniformização da ação das diretorias de controle processual das Suprams, no que se refere à aplicação das normas de direito ambiental, observado o disposto no inciso III do art. 10."</p> <p>Os instrumentos de orientação elaborados pelas diversas áreas do Sisema serão submetidos à Asnop para harmonização, padronização e disponibilização no sítio eletrônico da Semad, na aba "Padronização de Procedimentos" de forma a permitir o acesso a todos os integrantes do Sisema e à sociedade, quando se tratar de aplicação geral.</p> <p>Os instrumentos de orientação padronizados são apresentados, em numeração sequencial, observado o ano de sua edição. Os instrumentos de orientação a serem emitidos pela Asnop são de duas espécies, quais sejam</p>				

		<p>(i) Orientação Sisema: para padronização de procedimentos já estabelecidos, que não demandem fundamentação técnica, jurídica ou administrativa aprofundada; (ii) Instrução de Serviço Sisema: para padronização de procedimentos que demandem análise e fundamentação técnica, jurídica ou administrativa detalhada.</p> <p>Considerando a necessidade de edição de instrumento de orientação, direcionado aos servidores da Semad, sobre o processo participativo das audiências públicas, este será elaborado em articulação com a Asnop;</p> <p>a fim de garantir maior efetividade à audiência pública realizada no âmbito do processo administrativo de licenciamento ambiental.</p> <p>A Orientação Sisema ou Instrução de Serviço Sisema a ser elaborada deverá ter como objeto principal o esclarecimento quanto ao rito de desenvolvimento da audiência pública, nos termos da Deliberação Normativa Copam n.º 12/1994, que regula atualmente a matéria; definindo, ainda, as formas de divulgação e de informação ao público alvo. Após a revisão da DN, haverá o desenvolvimento de Sistema para audiências e consultas públicas; seguido de orientações às SUPRAMs acerca dos novos procedimentos.</p>		set/18	Elaboração de instrumento de orientação, nos termos da Orientação Sisema n.º 01/2016.	<p><b>1º monitoramento:</b> Tendo em vista que a Deliberação Normativa Copam nº 225, de 25 de julho 2018, possui caráter estritamente procedimental, não vislumbrou-se a necessidade de elaboração de instrução de serviço ou orientação Sisema para sua aplicação.</p> <p>No entanto, foi instituído por meio da Resolução Semad nº 2.683, de 31 de agosto de 2018, e está disponível no site eletrônico da Semad, o Sistema de Consulta e Requerimento de Audiências Públicas, ferramenta procedimental que tem por finalidade a disponibilização, recepção dos requerimentos e comunicações gerais acerca dos processos de licenciamento ambiental passíveis de realização de audiências públicas, qualquer que seja a classe de enquadramento ou o fator locacional incidente. para acessar o sistema utilize o link: <a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/sem-categoria/529-consulta-e-requerimento-de-audiencia-publica">http://www.meioambiente.mg.gov.br/sem-categoria/529-consulta-e-requerimento-de-audiencia-publica</a></p> <p><b>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</b></p>
		<p>Conforme indicado, entretanto, a Deliberação Normativa Copam n.º 12/1994 será objeto de ampla revisão, com previsão de conclusão em abril de 2018. Desse modo, consideramos mais adequado que o instrumento de orientação seja elaborado após a revisão da Deliberação Normativa Copam n.º 12/1994, a fim de otimizar a atuação do órgão ambiental.</p> <p>A Orientação Sisema ou Instrução de Serviço Sisema a ser elaborada deverá ter como objeto principal o esclarecimento quanto ao rito de desenvolvimento da audiência pública, nos termos do normativo a ser aprovado pelo Copam; definindo, ainda, as formas de divulgação e de informação ao público alvo. Após a revisão da DN, haverá o desenvolvimento de Sistema para audiências e consultas públicas; seguido de orientações às SUPRAMs acerca dos novos procedimentos.</p>				